



O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: alguns impactos das modalidades remotas de ensino

*Alisson Castro Batista*¹

*Giovanna Allegretti*²

*Fernanda Arndt Mesenburg*³

*Raíssa Souza Santiago*⁴

*Mauro Augusto Burkert Del Pino*⁵

Eixo 10 - Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas.

Resumo: Este trabalho objetiva compreender como as modalidades remotas de ensino contribuíram com o aprofundamento das desigualdades educacionais durante a pandemia da Covid-19. Trata-se de um recorte dos resultados de pesquisa nacional que envolve 36 universidades de todo país, que busca investigar os impactos do ensino remoto nos processos de aprendizagem dos estudantes e no trabalho dos docentes no contexto da alfabetização. A pesquisa está em sua segunda fase, desenvolvida através de um survey que utilizou um questionário respondido por professoras que atuam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental em todo país. Para este trabalho, foram utilizados os dados obtidos em rodas de conversa com professoras respondentes de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Os dados foram trabalhados a partir da abordagem da análise de conteúdo. Os resultados mostram uma vantagem de aprendizagem para os estudantes que conseguiram acessar as tecnologias necessárias e tiveram suporte pedagógico minimamente adequado em casa, em comparação aos que não tiveram essas condições. A pesquisa aponta que essas diferenças de aprendizagem levaram a um aprofundamento das desigualdades educacionais devido à falta de acesso de parte dos estudantes às condições mínimas necessárias ao estudo neste contexto.

Palavras-chaves: alfabetização; ensino remoto; desigualdades sociais; exclusão digital; pandemia de Covid-19.

¹Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista do Programa de Educação Tutorial Pedagogia (PET Pedagogia). Pesquisador do GIPEP. Contato: fiscalissonbatista@gmail.com

²Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPEL. Pesquisadora do GIPEP. Contato: contatogallegretti@gmail.com

³Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do GIPEP. Contato: fernandamesenburg@gmail.com

⁴Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq. Pesquisadora do GIPEP. Contato: santiagosraissa@gmail.com

⁵Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Líder do GIPEP – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública. Contato: mauro.pino1@gmail.com

1 Introdução

A história recente da educação brasileira, especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, aponta para o fato relevante da incorporação ao sistema de ensino da grande maioria da população (OLIVEIRA, 2007). Contudo, apesar do acesso de pessoas de 6 à 14 anos à escolarização ter chegado a 98,6% em 2015, o percentual de sujeitos que atingiram o final do 3º ano do ensino fundamental sem alcançar os resultados mínimos esperados, no que se refere à alfabetização, tem sido extremamente alto, atingindo incríveis 54,7% em 2016 (SOARES, 2020). Ou seja, apesar de estarem na escola por no mínimo três anos, mais da metade das pessoas não gozavam da condição de alfabetizadas neste período.

Esta era a situação antes da Pandemia de COVID-19, antes do isolamento social, do consequente afastamento dos estudantes das escolas e da precarização do acesso das camadas mais pobres da população à educação, promovida pela criação de modalidades remotas de ensino que, conforme aponta Saviani e Galvão (2021), foram desenvolvidas de maneira bastante problemática.

Para compreender o agravamento desse cenário, pesquisadores de todo o país se uniram em torno de um objetivo comum: analisar os impactos do chamado ensino remoto nos processos de aprendizagem dos estudantes e no trabalho dos docentes no contexto da alfabetização. Milhares de professoras do Brasil foram sujeitos da pesquisa intitulada Alfabetização em Rede (ALFAREDE). Por meio de questionário online e rodas de conversa com docentes, foi possível levantar um vasto conjunto de informações sobre como se deu o desenvolvimento das modalidades remotas de educação durante a pandemia e após o retorno às aulas presenciais, no que se relaciona com o campo da alfabetização.

Como parte dessa pesquisa, o objetivo deste trabalho é compreender como as modalidades remotas de ensino contribuíram com o aprofundamento das desigualdades educacionais durante a pandemia da Covid-19 que, conforme aponta MACEDO (2023), são expressas e podem ser interpretadas a partir das desigualdades de aprendizagem dos estudantes.

2 Fundamentação teórica

Durante o período de ensino remoto, aprofundaram-se as desigualdades existentes entre as classes sociais, ampliando ainda mais a vulnerabilidade das pessoas menos favorecidas. Isso ocorreu, entre outros fatores, devido à impossibilidade de acesso às modalidades remotas de ensino por grande parte dos estudantes do país e, dentre os que acessaram, aos baixos índices de engajamento e aprendizagem (SILVA, 2022; MACEDO, 2022). Conforme aponta Haddad (2007), essa situação reflete a exclusão educacional, uma vez que a igualdade de acesso não é suficiente para garantir oportunidades iguais a todos os estudantes:

(...) a ausência de políticas efetivas de combate às desigualdades sociais acaba comprometendo os ideais igualitários do discurso político da educação pública. (...) Sabe-se que a falta destas políticas afeta principalmente as pessoas que historicamente foram excluídas do sistema, como negros, idosos, mulheres e camponeses, gerando situações de iniquidades no que diz respeito ao acesso e à permanência no sistema educacional (HADDAD, 2007, p.7).

No contexto da pandemia e do ensino remoto, a exclusão educacional acaba sendo intensamente relacionada com o fenômeno da exclusão digital, o qual atua como um potencializador das desigualdades sociais, uma vez que “a desigualdade social favorece a exclusão digital e, esta por sua vez, reforça a desigualdade social” (GROSSI *et. al.* 2013, p. 71).

A falta de conectividade e a baixa qualidade de acesso limitam as possibilidades *online* e, conseqüentemente, acabam restringindo as oportunidades das camadas mais vulneráveis da população, agravando as desigualdades sociais (MARTINS *et al.*, 2022). A exclusão digital é um fenômeno que se relaciona com diversos outros apagamentos a que as pessoas estão constantemente submetidas. O processo de inclusão digital pode ser um elemento facilitador da luta contra as desigualdades sociais, principalmente se considerarmos o contexto pandêmico pelo qual acabamos de passar. Segundo Costa (2011, p.110), ele é “apenas mais uma faceta às outras exclusões já vividas e conhecidas por essa faixa da população; por isso há a preocupação em tratar a inclusão digital como uma facilitadora de outras inclusões, e não apenas focada no uso técnico das novas ferramentas”.

Embora seja constituída por fundamentos democráticos e de igualdade de oportunidades, a realidade é que o acesso a uma educação de qualidade ainda é restrito a uma parcela privilegiada da sociedade. A lógica da transmissão do capital cultural (BOURDIEU, 2001), ou seja, os conhecimentos, habilidades e competências que são

valorizadas socialmente, desempenham um papel crucial nesse processo. Essa transmissão do capital cultural ocorre de forma desigual, favorecendo aqueles que já possuem estes recursos e privilégios, perpetuando, assim, as disparidades existentes. Neste sentido, a educação, ao invés de se tornar um agente de democratização e igualdade, acaba reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais.

Eis aí um dos mecanismos que, acrescentando-se à lógica da transmissão do capital cultural, fazem com que as mais altas instituições escolares e, em particular aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado (BOURDIEU, 2001, p. 223).

Essa crítica de Bourdieu nos leva a perceber que é necessário reconhecer e enfrentar os mecanismos sutis e complexos que contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais. Isso envolve o desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas, que considerem não apenas o acesso, mas também a qualidade do ensino, as condições de aprendizagem, as oportunidades de desenvolvimento e as necessidades específicas dos estudantes em seus diferentes contextos.

3 Metodologia

Este trabalho apresenta um recorte dos resultados da pesquisa nacional intitulada Alfabetização em Rede (ALFAREDE), que está em sua segunda etapa e conta com a participação de 70 pesquisadoras de 36 universidades de todo o país. O estudo busca investigar os impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos processos de aprendizagem dos estudantes e no trabalho dos docentes no contexto da alfabetização.

A pesquisa está em sua segunda etapa, na qual foi desenvolvido um survey através de um questionário respondido por 6.067 professoras que atuam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental em todo país, além de rodas de conversas realizadas com as docentes. Para este trabalho, foram utilizados os dados obtidos nas rodas de conversa realizadas com professoras respondentes de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul.

Quatorze professoras se disponibilizaram a participar desse momento da pesquisa que foi conduzido através da metodologia de grupos focais (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN; LUNARDI, 2011). Organizamos cinco rodas de conversa a partir da disponibilidade dos pesquisadores e professoras. Os dados foram analisados a partir da abordagem da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977).

4 Resultados e Discussão

A partir dos dados levantados na primeira etapa da pesquisa ALFAREDE, foi possível constatar um drástico aumento na falta de acesso ao sistema público de educação durante a pandemia (MACEDO, 2022). Esse agravamento da ausência de condições de acesso não foi um fenômeno restrito aos estudantes, mas também aos docentes que, na maioria dos casos, não receberam o suporte necessário das redes e escolas em que trabalham.

Mesmo entre os estudantes que conseguiram acesso às modalidades remotas de ensino, apenas uma pequena parcela conseguiu realizar as atividades de forma minimamente satisfatória. Este dado evidencia que o acesso era apenas o elemento inicial a ser considerado quando nos propomos a analisar essa realidade, além de mostrar a absoluta ineficiência destas modalidades em promover processos educativos inclusivos e de qualidade. A professora Kássia⁶, em uma das rodas de conversa na segunda fase da pesquisa, mostra bem essa realidade:

a questão da tecnologia, do acesso às tecnologias ainda é bem precário, então, o que a gente mandava para os alunos fazerem, né, na sua residência, acabava não retornando, porque eles não tinham esse acesso até para pesquisar, até para quem acompanhasse em casa.

A desigualdade expressa pelas divergentes condições de acesso às tecnologias não se restringia aos estudantes. A realidade da escola pública também reflete as desigualdades de infraestrutura tecnológica, como nos relatou em uma roda de conversa a professora Janaína, que traduziu a situação de sua escola no momento em que precisou atender os alunos presencialmente e, ao mesmo tempo, transmitir a aula para os que estavam em casa: *“não era uma escola que tinha muito acesso a tecnologias e era bem complicado a internet, o próprio computador, a sala não tinha sido projetada para aquele momento, não dava para enxergar o quadro”*. Segundo a professora, as condições da escola eram impeditivas para o uso de tecnologias.

A precariedade do acesso às tecnologias fez com que muitas professoras tivessem que adaptar suas aulas às condições dos estudantes, aumentando as desigualdades educacionais. A professora Patrícia exemplificou como decidiu atuar em função da realidade social e econômica de seus alunos: *“no primeiro ano a gente acabou optando por usar mais vídeos e não tanto com outras tecnologias, porque como eles não conseguiam acessar a internet a gente não podia botar muita coisa de internet”*.

A professora Fernanda mostrou agir na mesma direção, enfatizando que os problemas de acessibilidade tecnológica estão para além das possibilidades dos pais: *“eu*

⁶ Os nomes dados às docentes são fictícios, no intuito de preservar suas identidades.

vejo muitos pais que às vezes têm determinados problemas para lidar com a situação escolar, mas não estão sabendo, e não sabem mesmo, não é nem questão de ser negligente.”

Entretanto, Macedo (2022) ressalta que essas modalidades de ensino remoto acabaram servindo para, pelo menos, manter algum tipo de vínculo entre os estudantes e a escola, ainda que se trate de uma minoria absoluta. Além disso, contribuiu para evidenciar a extrema necessidade da existência de espaços escolares, pois as famílias, em casa, não são capazes de dar conta dos complexos processos pedagógicos, principalmente durante o período de alfabetização.

Neste sentido, o *WhatsApp* foi a grande ferramenta de ligação entre estudantes e escolas, como nos aponta a professora Fernanda, quando diz: *“tudo que eu pude (...) ajudar e aí era direto no WhatsApp conversando, dando algumas dicas sobre o que ela poderia fazer”*. Esta ferramenta foi importante não apenas para manter o vínculo com os estudantes, mas também com a família, o que foi enfatizado pela professora Renata quando aborda a relação estabelecida com as famílias: *“Prioritariamente é pelo WhatsApp, eu acho uma ferramenta bem importante. Se eu não tivesse essa ferramenta, eu ia perder muita comunicação com a família.”*

A manutenção de vínculo com a escola e com as práticas pedagógicas, ainda que extremamente precária, reverberou no desempenho dos estudantes, quando estes retornaram ao ensino presencial. Consta-se, através dos dados levantados na segunda etapa da pesquisa, que os estudantes que tiveram acesso às modalidades remotas de ensino durante a pandemia apresentaram certa “vantagem” de aprendizagem, quando comparados com os estudantes que não conseguiram acessar.

Os alunos que tinham acompanhamento familiar e que participavam das atividades do *WhatsApp* tiveram um melhor desempenho ao retornar à escola. Já aqueles alunos que não tinham acesso e que não tinham a possibilidade de desenvolver e devolver à professora as atividades escolares retornaram ao ensino presencial, majoritariamente, sem conhecer as letras e nem os números. O professor Leandro abordou essa situação de desigualdade encontrada entre seus alunos do quarto ano no retorno às aulas presenciais. Em suas palavras: *“eu tinha alunos muito diversos, muito diversos, eu tinha alunos que não conheciam as letras, eu tinha alunos que estavam avançados em leitura e interpretação, eu tinha alunos excelentes em matemática, mas que não sabiam ler... Então é bem complicado.”*

Essas diferenças de resultados de aprendizagem acabam aprofundando ainda mais as desigualdades sociais a que estamos submetidos. Pois, se antes da pandemia, quando mais da metade das crianças não conseguia ser devidamente alfabetizada no tempo

esperado (SOARES, 2020), já nos encontrávamos em um cenário extremamente injusto e desequilibrado, no contexto das modalidades remotas de ensino esse abismo se torna ainda mais profundo.

5 Considerações Finais

As falas das professoras revelam um agravamento das vulnerabilidades sociais, especialmente no que diz respeito à alfabetização das crianças, ampliando as desigualdades existentes na jornada educacional. Durante o ensino remoto, as disparidades entre as classes sociais se aprofundaram, resultando em uma maior vulnerabilidade para a população com menor capacidade de acompanhar as atividades remotas. A falta de acesso às ferramentas necessárias para a modalidade remota de ensino, bem como a baixa taxa de engajamento e aprendizagem entre aqueles que tiveram acesso, foram aspectos determinantes nesse cenário.

A exclusão educacional, como apontada por Haddad (2007), revela a importância de garantir o acesso igualitário à educação, em especial no processo de alfabetização. Durante a pandemia, a exclusão educacional se potencializou com o fenômeno da exclusão digital, atuando como um agravante das desigualdades sociais. A falta de conectividade e o acesso limitado às ferramentas online restringiram as oportunidades para as camadas mais vulneráveis da população, aprofundando as disparidades sociais.

A partir da presente análise, podemos concluir que a inclusão digital desempenha um papel fundamental na luta contra as desigualdades sociais. O processo da inclusão digital não deve ser visto apenas como uma questão importante contra a segregação social, mas sim como um instrumento de democratização e redução das disparidades de acesso a uma educação de qualidade (GROSSI *et. al.* 2013).

É importante reconhecer que a educação, embora deva ser fundamentada em princípios democráticos e de igualdade de oportunidades, ainda se mostra restrita a uma parcela privilegiada da sociedade (BOURDIEU, 2011). A transmissão do capital cultural, com seus conhecimentos, habilidades e competências valorizados socialmente, desempenha um papel central nesse processo, perpetuando as desigualdades existentes.

Diante dessa análise, é imperativo reconhecer e enfrentar os mecanismos complexos que contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais na educação. A partir disso, é possível afirmar que o ensino remoto contribuiu para a intensificação das desigualdades educacionais, pois só pode ser acessado por uma pequena parcela da população, a qual demonstra vantagens de aprendizagem ao retornar à educação presencial.

Referências

- BACKES, D. S., COLOMÉ, J. S., ERDMANN, R. H., & LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, 35(4), 438-42, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- COSTA, L. F. Novas tecnologias de inclusão digital: criação de um modelo de análise. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; DA COSTA, José Wilson; DOS SANTOS, Ademir José. A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social no Brasil. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 24, n. 2, p. 68-85, 2013.
- HADDAD, Sérgio. **Educação e exclusão no Brasil**. 2007.
- SILVA, Merian Correia da. Impactos da pandemia de COVID-19 na aprendizagem de crianças e adolescentes. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, 2022.
- SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 9-33. Praxis educativa, vol. 15, 2020.
- SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino remoto”. **Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em 18 mai. 2023.
- MACEDO, Maria Socorro Nunes. (org). **Retratos da alfabetização na pandemia da COVID-19: resultados de uma pesquisa em rede**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2022.
- MACEDO, Maria Socorro Nunes. **CEALE DEBATE - A alfabetização de crianças no pós-pandemia: reflexões de uma pesquisa em rede** [Vídeo]. Ceale - FaE/UFMG. Data de publicação: 28 de março de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r2u3cEWM0W0>. Acesso em: 28 de maio de 2023.
- MARTINS, Francisco José et al. Educação remota emergencial e ensino à distância no Brasil a partir da pandemia. **Revista Simetria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo**, v. 2, n. 10, p. 97-120, 2022.
- OLIVEIRA, Romualdo P. de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 661-690, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ry9DyPzZ5vqQrgGc4dcWDtG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15 de maio de 2023.